

# **Tibagi Energia SPE S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2021 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselho e Administração da  
Tibagi Energia SPE S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Tibagi Energia SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tibagi Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principal assunto de auditoria**

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

### *Cláusulas financeiras restritas ("Covenants")*

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o montante de R\$242.809 mil referente a dívida com debenturistas, cuja respectiva escritura inclui cláusulas restritivas ("*covenants*") de natureza financeira, em especial a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida ("*ICSD*") de 1,20 ou superior, sendo que se estiver entre 1,10 e 1,20, a Companhia terá que cumprir outras condições previstas na escritura. Esse assunto está divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras. O monitoramento desse assunto foi considerado dada a relevância das debêntures nas demonstrações financeiras da Companhia.

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do ambiente de controle interno da Companhia aplicado no monitoramento e apuração dos índices financeiros; (ii) leitura e entendimento dos termos contratuais que determinam as cláusulas restritivas firmadas junto às instituições financeiras; (iii) recálculo aritmético do índice financeiro, considerando as premissas determinadas nos contratos; (iv) análise das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados acima, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os procedimentos adotados pela Administração para monitoramento do cumprimento dos *covenants*, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 8, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

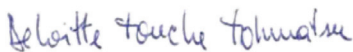
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

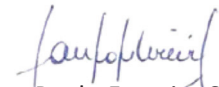
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 24 de fevereiro de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Paulo Ferreira Silveira  
Contador  
CRC nº 1 BA 028799/O-3

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.973	8.838	Fornecedores	7	3.788	7.168
Aplicação financeira vinculada	4	42.388	42.259	Debêntures	8	16.215	13.886
Contas a receber	5	6.179	5.437	Obrigações sociais e tributárias		1.053	679
Impostos a recuperar		769	756	Provisão para gastos socioambientais	9	3.938	3.130
Despesas antecipadas		538	601	Outras contas a pagar		1.296	1.625
Total do ativo circulante		56.847	57.891	Total do passivo circulante		26.290	26.488
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado	6	210.692	214.505	Debêntures	8	226.594	214.626
Intangível		3.634	2.981	Provisão para gastos socioambientais	9	1.041	2.084
Total do ativo não circulante		214.326	217.486	Total do passivo não circulante		227.635	216.710
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>271.173</b>	<b>275.377</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	10		
				Capital social		19.752	29.752
				Reservas de capital		2.900	2.900
				Prejuízos acumulados		(5.404)	(473)
				Total do patrimônio líquido		17.248	32.179
				<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>271.173</b>	<b>275.377</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	Nota explicativa	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	12	46.820	44.525
CUSTO DE PRODUÇÃO DE ENERGIA	13	(12.443)	(10.999)
LUCRO BRUTO		<u>34.377</u>	<u>33.526</u>
DESPESAS			
Gerais e administrativas	13	(4.549)	(10.775)
Outras receitas	13	<u>116</u>	<u>1.602</u>
Total		(4.433)	(9.173)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>29.944</u>	<u>24.353</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	14	2.346	2.446
Despesas financeiras	14	<u>(34.863)</u>	<u>(25.010)</u>
Total		(32.517)	(22.564)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		<u>(2.573)</u>	<u>1.789</u>
Impostos sobre lucro - corrente	15	(2.358)	(2.262)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(4.931)</u>	<u>(473)</u>
Resultado por ação ordinárias básico e diluído - R\$	18	(0,000)	(0,000)
Resultado por ação preferenciais básico e diluído - R\$	18	0,756	0,606

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(4.931)	(473)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(4.931)</u>	<u>(473)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		79.055	10.000	(24.934)	64.121
Aumento de capital	10.b	7.693	(7.100)	-	593
Redução de capital	10.a	(56.996)	-	24.934	(32.062)
Prejuízo do exercício		-	-	(473)	(473)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		29.752	2.900	(473)	32.179
Redução de capital	10.a	(10.000)	-	-	(10.000)
Prejuízo do exercício		-	-	(4.931)	(4.931)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		19.752	2.900	(5.404)	17.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo do exercício		(4.931)	(473)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	13	5.875	5.361
Encargos financeiros e atualizações monetárias sobre debêntures	8	34.747	20.993
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas		-	(155)
Baixa do imobilizado	6	3.922	30.280
Baixa do intangível		216	-
Reversão de provisão sócio-ambiental	9	(122)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(742)	(1.953)
Impostos a recuperar		(13)	(539)
Despesas antecipadas		63	71
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(3.380)	(2.839)
Obrigações sociais e tributárias		1.569	2.338
Outras contas a pagar		(329)	1.474
Subtotal		36.875	54.558
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Pagamento de juros e amortização sobre debêntures	8	(20.450)	(8.650)
Impostos de renda e contribuição social pagos		(1.195)	(2.173)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		15.230	43.735
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de imobilizado	6	(5.190)	(7.834)
Pagamento de gastos socioambientais	9	(1.776)	(1.682)
Aplicações financeiras vinculadas		(129)	(9.815)
Aquisição de intangível		-	(2.916)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(7.095)	(22.247)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Redução de capital	10	(10.000)	(32.062)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		(10.000)	(32.062)
<b>REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(1.865)</b>	<b>(10.574)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	8.838	19.412
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	6.973	8.838
<b>REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(1.865)</b>	<b>(10.574)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tibagi Energia SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de julho de 2015, tendo por objeto social o desenvolvimento, a construção, a operação, a manutenção, de uma Central Hidrelétrica no Rio Tibagi, Bacia do Paraná, Município de Tibagi, no Estado do Paraná ("UHE Tibagi Montante"), bem como a geração e comercialização de energia elétrica. Sua sede administrativa está localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e sua filial, a UHE Tibagi Montante, está localizada na cidade de Tibagi, Estado do Paraná.

Para explorar o potencial da UHE Tibagi Montante como produtora independente de energia elétrica, a Companhia obteve a autorização do Ministério de Minas e Energia ("MME"), por meio da Portaria nº 486/2015, que permite o funcionamento da usina como UHE pelo prazo de 35 anos.

Após a conclusão da fase de construção e implantação da UHE Tibagi Montante, a Companhia iniciou sua operação comercial no último trimestre de 2019, tendo a primeira unidade geradora sido autorizada pela ANEEL em 5 de outubro de 2019, a segunda em 14 de novembro de 2019 e a terceira em 6 de dezembro de 2019, por meio dos despachos nº 2750/2019, 3174/2019 e 3401/2019, respectivamente.

Para comercialização da energia gerada, a Companhia firmou contratos de compra e venda de energia de longo prazo, conhecidos como Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"). O CCEAR é um contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e respectiva potência associada, celebrado entre o agente vendedor e o agente de distribuição no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), como resultado da participação desses agentes nos leilões de energia elétrica organizados para os empreendimentos de geração de energia já existentes e para os novos empreendimentos.

No ano de 2015, no âmbito do Leilão 04/2015, a Companhia firmou CCEARs, na modalidade de quantidade de energia, para o montante de 19MW médios, cujo suprimento da energia vendida teve início em 1/1/2020. O preço de venda da energia contratada no leilão foi de R\$209,50/MWh referenciado ao mês abril de 2015. Esse preço de venda é atualizado anualmente pelo IPCA, tendo como referência o mês de janeiro de cada ano.

Além disso, 1,2MW médios adicionais foram comercializados no âmbito do Leilão 04/2019, tendo como início do suprimento da energia vendida previsto para janeiro de 2025, ao preço de R\$157,08MWh, referenciado a outubro/2019 e atualizado anualmente pelo IPCA, sempre no mês de janeiro de cada ano.

Com relação aos aspectos regulatórios, a Companhia repactuou o risco hidrológico na modalidade SP100, conforme Despacho ANEEL 3256/2019 e, como consequência, em janeiro/2020 a Companhia começou a pagar o prêmio de repactuação do risco hidrológico, aplicado sobre o montante de 19MW médios comercializados no ACR, no valor de R\$21,41/MWh, referenciado ao mês de janeiro de 2019.

Ademais, a Companhia por meio da Portaria nº 190/2017, está enquadrada no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UHE.PH.PR.032923-01.

Com relação às obrigações regulatórias que a Companhia precisa cumprir durante o processo de implantação e operação por força do disposto na Portaria nº486/2015, cabe destacar que, considerando a data-base de 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu integralmente as obrigações que lhe eram aplicáveis.

#### Pandemia de COVID-19

No que se refere à pandemia do COVID-19, a Companhia tem realizado monitoramento constante da evolução do tema e, até o presente momento, as restrições decorrentes da pandemia não ocasionaram impactos na operação da Companhia, visto que não impactaram no desenvolvimento da sua atividade fim de geração de energia elétrica, no fluxo de receitas e recebimentos, na capacidade da Companhia de realizar os pagamentos de rotina devidos, no número de postos de trabalho por ela oferecidos e nem mesmo no valor dos salários auferidos por seus empregados. Isso se deve, inclusive, ao fato de que as atividades de geração e comercialização de energia desenvolvidas pela Companhia foram classificadas como atividades essenciais e, por essa razão, não devem ser interrompidas durante a pandemia.

Visando a segurança de seus colaboradores, a Companhia adotou as medidas recomendadas pelas autoridades de saúde, que foram observadas também ao longo do ano de 2021, tais como:

- (i) Divulgação de cartilhas, de orientações sobre medidas e cuidados a serem adotados por todos os colaboradores;
- (ii) Espaçamento das pessoas nos ambientes de trabalho;
- (iii) Suspensão temporária de viagens não essenciais, visitas, treinamentos presenciais e deslocamentos; e
- (iv) Monitoramento dos colaboradores para identificação de sintomas e imediato afastamento.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, bem como o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, vide detalhamento na nota explicativa 2.13.

### 2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua “Moeda Funcional”, sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações financeiras.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas nos itens a seguir.

### 2.4. Tributação

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram calculados com base no lucro presumido com percentual de presunção de 8% para o imposto de renda e de 12% para a contribuição social, aplicando para o imposto de renda a alíquota de 15%, acrescido de 10% de adicional sobre a parcela da base de cálculo que exceder a R\$60 mil em cada trimestre, e, para a contribuição social foi aplicada a alíquota de 9%.

### 2.5. Capital social

O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e preferenciais, que são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. As ações ordinárias de emissão da Companhia conferem aos seus detentores o direito a voto nas assembleias gerais, enquanto as ações preferenciais não conferem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação da Companhia, e poderão ser resgatadas a critério da Companhia, observando as disposições do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas. As ações preferenciais farão jus, ainda, a dividendo especial, calculado nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia.

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia se dá em conformidade com as regras previstas no Art. 202 da Lei nº 6404/1976 e quando consignados ao final do exercício são reconhecidos como passivo.

### 2.6. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (“impairment”), se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil e nas taxas de depreciação de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovado na resolução normativa nº 647, de 11 de agosto de 2015, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

## 2.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

## 2.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

## 2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando existe a expectativa de recuperação de alguns ou de todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão com relação a um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

#### 2.10. Encargos e Taxas Setoriais

Os encargos setoriais são criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional e seus valores constam de resoluções ou despachos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e são recolhidos pelas geradoras na forma da legislação vigente. Cada um dos encargos possui objetivos pré-definidos, sendo que o reconhecimento contábil das obrigações estabelecidas deve ocorrer simultaneamente ao dos itens que compõem a Receita Operacional, independentemente do desembolso financeiro dos recursos, respeitando-se o princípio da competência contábil.

#### 2.11. Reconhecimento de Receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE (Câmara de Comércio de Energia Elétrica) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, de modo que todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

As contas a receber referem-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, de acordo com os contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL). De acordo com os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao do suprimento e no dia 15 do segundo mês subsequente ao do suprimento. Já nos contratos de comercialização no ambiente livre, os pagamentos são realizados até o 6º dia útil do mês subsequente ao do suprimento.

#### 2.12. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são baixados quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados por meio da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como “Resultado financeiro”. Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia deteve o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia manteve os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados como custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

#### “Impairment” de ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 substituiu a abordagem de “perda incorrida” do CPC 38/IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada (“Expected Credit Loss - ECL”). O novo modelo de “impairment” aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplicam aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 - IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38/IAS 39.

A Companhia reavalia a cada data de apresentação de suas informações contábeis se os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado devem ser submetidos a “impairment”.

Uma perda por “impairment” é reconhecida em relação a determinado ativo financeiro na ocorrência de um ou mais eventos que impactem negativamente os seus fluxos de caixa futuros estimados.

#### 2.13. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- a) Provisão para gastos socioambientais: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de cumprimento das condicionantes ambientais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como estimativas de gastos, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.



- b) Provisão para riscos cíveis e trabalhistas: As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.
- c) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado, sendo que as taxas de depreciação atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis deles.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	283	250
Aplicações financeiras	<u>6.690</u>	<u>8.588</u>
Total	<u><u>6.973</u></u>	<u><u>8.838</u></u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a aplicações em CDB compromissada, com rendimentos de 97 a 98,5% % do CDI (em 2020, de 97 a 100% do CDI), além de aplicações de resgate automático, remuneradas a taxas que variam de 9,4% a 100% do CDI (em 2020, 9,4% a 100% do CDI) de forma progressiva, à medida que a aplicação permaneça no banco.

### 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações financeiras vinculadas (a)	23.459	24.242
Fundos de investimento (b)	<u>18.929</u>	<u>18.017</u>
Total	<u><u>42.388</u></u>	<u><u>42.259</u></u>

- a) As aplicações financeiras vinculadas são aquelas relativas às contas vinculadas à emissão de debêntures realizada pela Companhia, conforme apresentado no detalhamento abaixo. Para movimentar essas aplicações, a Companhia precisa da autorização do seu agente fiduciário. Esses investimentos consistem em aplicações em CDB, com rendimentos próximos a 100% do CDI, além de aplicações de resgate automático, remuneradas a taxas que variam de 9,4% a 100% do CDI (em 2020, 9,4% a 100% do CDI) de forma progressiva, à medida que a aplicação permaneça no banco.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Conta Centralizadora (i)	603	3.829
Conta Reserva (ii)	11.457	10.208
Conta Provisão (iii)	11.399	10.205
Total	23.459	24.242



- (i) Conta Centralizadora: É uma conta transitória, na qual são depositados todos os recebíveis da Companhia cedidos fiduciariamente ao Agente Fiduciário, conforme previsto nos contratos de emissão das Debêntures. O valor constante em 31/12/2021 aguardavam apenas comando do Agente Fiduciário para transferência à conta livre movimento, o que ocorreu em janeiro de 2022.
- (ii) Conta Reserva: A conta reserva deve ser composta pelo Saldo Mínimo do Serviço da Dívida, que representa o somatório dos Juros e a parcela da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures projetada para a próxima data de amortização das Debêntures ("Saldo Mínimo do Serviço da Dívida").
- (iii) Conta Provisão: É composta pelos recursos provisionados os quais deverão ser utilizados para pagamento da próxima parcela dos Juros e amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado ou para fazer frente aos Gastos Essenciais, conforme disposto na Escritura de Emissão das Debentures. Para tanto, o Agente Fiduciário orienta o Banco Administrador a reter, mensalmente, o valor correspondente a no máximo 1/6 (um sexto) do Saldo Mínimo do Serviço da Dívida dos recursos depositados na Conta Centralizadora. Os valores constantes em 31/12/2021 foram utilizados para pagamento dos Juros e Amortização das Debêntures que efetivamente ocorreu em 17/01/2022.
- b) Saldo referente a aplicações financeiras atreladas às contas de livre movimento da Companhia, efetuadas em fundos de investimentos, que tem teve remuneração de 131,90% do CDI (100% do CDI para 2020). Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

## 5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cientes Energia Elétrica Faturada	1.989	1.363
Cientes Energia Elétrica a Faturar	4.190	4.074
Total	<u>6.179</u>	<u>5.437</u>

### Contas a receber por idade de vencimento

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A vencer	5.486	5.316
Vencidos:		
Até 30 dias	693	121
Total	<u>6.179</u>	<u>5.437</u>

- a) A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base nas características dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, que são regulados e fiscalizados pela ANEEL e CCEE, na sistemática das vendas de energia no Ambiente Livre, que estabelece o recebimento anterior ao registro da energia em favor do comprador, e com base em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas.

## 6. IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido das depreciações acumuladas. Não há perdas de redução ao valor recuperável identificadas (“teste de impairment”). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

	Taxa média de depreciação % a.a.	Custo	31/12/2021		31/12/2020
			Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	12.377	-	12.377	12.373
Usina		182.754	(8.976)	173.778	175.249
Turbina Hidráulica	2,50%	33.337	(1.593)	31.744	31.410
Geradores	3,33%	11.993	(815)	11.178	11.349
Comporta	3,33%	6.753	(506)	6.247	6.472
Estrutura de tensão	3,51%	5.816	(432)	5.384	5.569
Casa de força produção hidráulica	3,33%	23.204	(1.011)	22.193	22.615
Reservatório, barragem, adutora	2%	86.320	(3.841)	82.479	83.648
Outros	3,75%	15.331	(778)	14.553	14.186
Estoque de peças sobressalentes		1.212		1.212	
Construções em andamento	-	27	-	27	-
Adiantamentos a fornecedores	-	113	-	113	1.591
Provisão para gastos socioambientais	-	2.502	-	2.502	3.149
Custos de empréstimos capitalizados	3,33%	19.291	(1.445)	17.846	18.488
Outros	8,44%	3.397	(560)	2.837	3.655
<b>Total</b>		<b>221.673</b>	<b>(10.981)</b>	<b>210.692</b>	<b>214.505</b>

Evolução do Imobilizado

A movimentação do saldo da conta imobilizado é apresentado a seguir:

	Terrenos	Usina	Construções em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Provisão para gastos socioambientais	Custo de empréstimos capitalizados	Outros	Total
Saldos em 31/12/2019	12.358	174.162	25.792	10	6.106	19.199	2.767	240.394
Adições	676	4.427	1.365	2.345	52	92	490	9.447
Baixa	(661)	(13)	(26.730)	(381)	(1.962)	-	(533)	(30.280)
Depreciação	-	(4.205)	-	-	-	(803)	(48)	(5.056)
Transferência	-	878	(427)	(383)	(1.047)	-	979	-
Saldos em 31/12/2020	12.373	175.249	-	1.591	3.149	18.488	3.655	214.505
Adições	4	3.161	27	1.014	-	-	984	5.190
Baixa [ver nota (a)]	-	(3.922)	-	-	-	-	-	(3.922)
Depreciação	-	(3.794)	-	-	-	(642)	(645)	(5.081)
Transferência	-	3.084	-	(2.492)	(647)	-	55	-
Saldos em 31/12/2021	12.377	173.778	27	113	2.502	17.846	4.049	210.692

- (a) A baixa mais relevante do período, no valor de R\$ 3.822, foi relacionada com a substituição em garantia pelo fornecedor de parte da turbina (rotor) da unidade geradora 3. Essa mesma transação teve efeito semelhante nas adições no período, com a entrada em operação do novo rotor.

## 7. FORNECEDORES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores de materiais e equipamentos	3.603	6.214
Retenções contratuais (a)	50	615
Outros fornecedores	<u>135</u>	<u>339</u>
Total	<u>3.788</u>	<u>7.168</u>

- (a) As retenções contratuais são valores retidos nas notas fiscais de prestação de serviços dos fornecedores contratados para executarem o serviço de implantação da usina conforme contratos firmados entre as partes. Nos contratos, há cláusula que prevê a retenção 5% do valor das medições aprovadas, sujeitas a atualização mensal pelo IPCA, os quais vão sendo pagos pela Companhia após o cumprimento das condições precedentes contratuais pelo fornecedor

## 8. DEBÊNTURES

<u>Modalidade</u>	<u>Último vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Debêntures	15/07/2035	IPCA + 5,3231%a.a.	<u>242.809</u>	<u>228.512</u>
Total			<u>242.809</u>	<u>228.512</u>
Circulante			<u>16.215</u>	<u>13.886</u>
Não circulante			<u>226.594</u>	<u>214.626</u>

Emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de agosto de 2019, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, tendo sido emitidas 210.000 (duzentos e dez mil) debêntures, as quais foram negociadas pelo seu valor nominal, de R\$1 mil.

Conforme disposto na Escritura de Emissão de Debêntures, o pagamento da remuneração aos debenturistas será efetuado em 31 parcelas intercaladas semestralmente, tendo a primeira parcela sido paga em 15/07/2020.

A seguir está apresentada a movimentação das debêntures:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	216.169
Encargos e atualização monetária	20.993
Pagamento de juros e amortizações	<u>(8.650)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	228.512
Encargos e atualização monetária	34.747
Pagamento de juros e amortizações	<u>(20.450)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>242.809</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2023	11.237
2024	10.863
2025	11.912
2026	13.085
2027	14.184
2028-2035	165.313
Total	<u>226.594</u>

#### Garantias e cláusulas contratuais restritivas - “covenants”

Como garantia da emissão de debêntures, a Companhia cedeu fiduciariamente aos debenturistas direitos creditórios de sua titularidade, bem como contratou fianças bancárias a serem emitidas por instituições financeiras em favor dos debenturistas (“Garantias da Operação”).

Em 23 de dezembro de 2020, considerando o cumprimento do evento de “Conclusão do Projeto”, atestado pelo Agente Fiduciário, a Companhia conseguiu a exoneração (baixa) da Fiança bancária junto a instituição financeira.

Além das garantias cedidas, a Escritura de Emissão de Debêntures e os contratos que regulam as Garantias da Operação determinam o cumprimento de condições específicas (*covenants*) de natureza financeiras pela Companhia, em especial a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20 ou superior, sendo que se estiver entre 1,10 e 1,20, a Companhia terá que cumprir outras condições previstas na Escritura de Emissão. O não cumprimento dos *covenants* e demais disposições contratuais sujeitam a Companhia ao pagamento imediato e antecipado da dívida, bem como a reclassificação do saldo a vencer para o passivo circulante.

A companhia encontra-se adimplente com as exigências em 31 de dezembro de 2021.

#### 9. PROVISÃO PARA GASTOS SOCIOAMBIENTAIS

Para a implantação e operação da UHE, a Companhia precisa cumprir alguns requerimentos previstos no processo de licenciamento ambiental. Em 31 de dezembro de 2021, a composição do saldo segue abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Programas de revegetação e supressão (a)	1.280	1.826
Programas de compensação ambiental e indenizações (b)	1.221	1.323
Monitoramento ambiental (c)	2.478	2.065
Total	<u>4.979</u>	<u>5.214</u>
Circulante	3.938	3.130
Não Circulante	1.041	2.084
Total	<u>4.979</u>	<u>5.214</u>

(a) Refere-se a serviços de supressão de vegetação necessárias à formação do reservatório da UHE Tibagi Montante, bem como à recuperação de Áreas de Preservação Permanente, conforme Condicionante da Licença de Instalação (LI).

- (b) Refere-se a compensações ambientais conforme previsto no artigo 17 da Lei nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica), bem como provisões para o cumprimento do previsto no art. 36 da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, e pagamento de indenizações, conforme condicionantes da Licença de Instalação (LI).
- (c) Refere-se a execução das atividades de monitoramento e conservação ambiental da UHE Tibagi Montante, conforme condicionantes e programas ambientais definidos na Licença de Operação (LO).

As provisões classificadas no passivo não circulante referem-se a estimativas de desembolso até 2023, prazo atual de validade da Licença de Operação (LO).

A movimentação do saldo da provisão é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.106
Adições	790
Pagamentos	(1.682)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.214
Adições	1.663
Reversão	(122)
Pagamentos	(1.776)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.979

## 10. PATRIMONIO LÍQUIDO

### Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é em 31 de dezembro de 2021, de R\$19.752, (em 2020 R\$29.752), representado por 38.442.852 ações ordinárias em 2021 e 2020, e 2.135.646 ações preferenciais em 2021 e 2020, todas nominativas e sem valor nominal, inconversíveis em outras formas, distribuídas entre os acionistas da Companhia da seguinte forma:

Acionistas	31/12/2021			31/12/2020		
	Ações			Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	%	Ordinárias	Preferenciais	%
Tibagi Participações e Investimentos S.A.	27.974.863	-	68,94%	27.974.863	-	68,94%
Parh Participações em Hidrelétricas S.A.	10.467.989	-	25,80%	10.467.989	-	25,80%
Guartela Energia SPE S.A.	-	2.135.646	5,26%	-	2.135.646	5,26%
Total	38.442.852	2.135.646	100,00%	38.442.852	2.135.646	100,00%

As ações ordinárias de emissão da Companhia conferem aos seus detentores o direito a voto nas assembleias gerais. Já as ações preferenciais não conferem direito a voto a seus titulares, mas, em contrapartida, atribuem prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação da Companhia, e fazem jus a dividendo especial, calculado nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia. Além disso, as ações preferenciais poderão ser resgatadas, a critério da Companhia, observadas as disposições do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas.

Ao lucro apurado pela Companhia no fim de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5% antes de qualquer outra destinação na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, tal como disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia, enquanto em operação, distribuirá dividendos obrigatórios em conformidade com as regras previstas no Art. 202 da Lei 6404/1976. A assembleia geral estabelecerá a destinação do lucro líquido remanescente, conforme o caso.

#### 10.a. Redução de capital

2021:

Na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 14 de outubro de 2021, foi aprovada nova redução do capital social no valor de R\$10.000, sem cancelamento de ações de emissão da Companhia, passando de R\$29.752 para R\$19.752, mediante pagamento da restituição aos acionistas, na proporção de sua participação no social da Companhia.

2020:

Na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 21 de fevereiro de 2020, foi aprovada retificação com relação aos valores de alguns imóveis que haviam sido integralizados pela Guartela Energia SPE S.A. no capital social da Companhia, dentre outros ajustes, que resultaram na redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 662.

Em 30 de junho de 2020, foi deliberada uma redução de capital pelos acionistas da Companhia no valor de R\$9.086, sem cancelamento de ações de emissão da Companhia, mediante pagamento da restituição aos acionistas, na proporção de sua participação no capital social da Companhia.

Em 11 de setembro de 2020, foi aprovada nova redução do capital social no valor de R\$22.314, sem cancelamento de ações de emissão da Companhia, mediante pagamento da restituição aos acionistas, na proporção de sua participação no social da Companhia.

Por fim, em 14 de dezembro de 2020, foi aprovada redução de capital para absorção dos prejuízos acumulados pela Companhia ao longo do exercício social de 2019, no valor de R\$24.934, sem cancelamento de ações de emissão da Companhia.

Desta forma a Companhia apresentou uma redução de capital de R\$56.996 durante o exercício.

#### 10.b. Aumento de capital

2021:

Durante o exercício 2021, a Companhia não realizou aumentos de capital, conforme Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

2020:

Na assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 21 de fevereiro de 2020 foi aprovado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$693, dos quais: (a) R\$100 foram integralizados mediante a capitalização de parte da reserva de capital da Companhia, sem a emissão de novas ações; e (b) R\$593 foram integralizados pela acionista Guartela Energia SPE S.A. com bens imóveis, mediante a emissão de 317.120 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de março de 2020, foi aprovado um novo aumento de capital da Companhia, no valor de R\$7.000, mediante a capitalização de recursos constantes da reserva de capital sem a emissão de novas ações.

Desta forma a Companhia apresentou um aumento de capital de R\$7.693 durante o exercício 2020.

#### 10.c Dividendo Especial (ações preferenciais)

Conforme expresso no acordo de acionistas da Companhia, durante o período compreendido entre (i) o início da operação da UHE e (ii) a quitação do financiamento da Companhia, o titular das ações preferencias terá direito a um dividendo especial, prioritário e cumulativo, calculado com base nas regras dispostas no acordo de acionistas (“Dividendo Especial”).

Durante esse período, as ações preferencias não participarão da distribuição de qualquer remanescente do lucro da Companhia, de modo que não farão jus à distribuição de qualquer valor adicional a título de dividendos que não o Dividendo Especial.

O Dividendo Especial relativo ao exercício social de 2021, calculado conforme acordo de acionistas, é o seguinte:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Dividendo Especial calculado	1.534	212

Considerando que a Companhia não apresentou Lucro Contábil no exercício de 2021, o Dividendo Especial das ações preferenciais referente ao período não poderá ser pago à conta de lucro líquido do exercício ou da reserva de lucros acumulados, nos termos do art. 201 da Lei das S.A. Sendo assim, o Dividendo Especial ficará acumulado para pagamento prioritário nos exercícios futuros em que a Companhia apresentar Lucro Contábil, conforme estabelece o art. 203 da Lei das S.A.

#### 11. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não possui processos cuja probabilidade de perda foi considerada provável ou possível pelos assessores jurídicos razão pela qual não foi constituída qualquer provisão ou necessidade de qualquer divulgação nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

#### 12. RECEITAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional bruta	50.152	47.220
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes sobre vendas		
PIS	(326)	(307)
COFINS	(1.504)	(1.416)
Outras deduções	(1.502)	(972)
Total das Deduções da receita bruta	<u>(3.332)</u>	<u>(2.695)</u>
Receita operacional líquida	<u>46.820</u>	<u>44.525</u>

## 13. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aquisição de energia	(697)	(1.758)
Serviços de terceiros	(1.573)	(4.313)
Salários	(2.310)	(2.191)
Depreciações e amortizações	(5.875)	(5.361)
Obrigações sociais	(747)	(740)
Doações	(120)	(807)
Seguros apropriados	(166)	(880)
Aluguéis	(40)	(106)
Viagens e estadas	(49)	(98)
Encargos setoriais (custos e despesas) (a)	(4.485)	(4.463)
Tributos	(148)	(437)
Outras despesas	(666)	982
Total	<u>(16.876)</u>	<u>(20.172)</u>
Classificadas como:		
Custo de produção de energia	(12.443)	(10.999)
Gerais e administrativas	(4.549)	(10.775)
Outras receitas	116	1.602
Total	<u>(16.876)</u>	<u>(20.172)</u>

## (a) Encargos Setoriais (custos e despesas):

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CCEE - Taxa associativa	(17)	(10)
RRH - Repactuação do risco hidrológico	(3.569)	(3.727)
Subtotal	(3.586)	(3.737)
TUSD - Tarifa de uso de sistema de distribuição	(899)	(727)
Total	<u>(4.485)</u>	<u>(4.463)</u>

- (i) CCEE - Taxa associativa: contribuição associativa paga para manutenção e funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), associação civil e privada, sem fins lucrativos, responsável por viabilizar a comercialização de energia elétrica no Brasil.
- (ii) RRH - Repactuação do risco hidrológico: prêmio pago mensalmente à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeira Tarifária – CCRBT como contrapartida pela repactuação do risco hidrológico, conforme Termo de Repactuação do Risco Hidrológico – ACR firmado junto à ANEEL.
- (iii) TUSD - Tarifa de uso de sistema de distribuição: encargo de uso do sistema de distribuição pago pelo gerador (Acessante) à distribuidora conforme estabelecido em Contrato de Uso do Sistema De Distribuição - CUSD

## (b) Remuneração aos Administradores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve remuneração aos administradores no total de R\$804 (2020: R\$543).



## 14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicação financeira	2.338	1.258
Varição monetária ativa	<u>8</u>	<u>1.188</u>
Subtotal	<u>2.346</u>	<u>2.446</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros	(12.229)	(11.736)
Varição monetárias passiva	(22.545)	(10.634)
Outras despesas financeiras	<u>(89)</u>	<u>(2.640)</u>
Subtotal	<u>(34.863)</u>	<u>(25.010)</u>
Resultado Financeiro Total	<u>(32.517)</u>	<u>(22.564)</u>

## 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2021, que é apurado trimestralmente, é a seguinte:

	<u>Imposto de renda 2021</u>	<u>Contribuição Social 2021</u>
Receita bruta de vendas	50.152	50.152
Percentual de presunção de lucro		
Vendas dos produtos	<u>8,0%</u>	<u>12,0%</u>
Lucro presumido	<u>4.012</u>	<u>6.018</u>
<u>Outras receitas:</u>		
Receitas financeiras	2.346	2.346
Outras Receitas	<u>116</u>	<u>116</u>
Total	<u>2.462</u>	<u>2.462</u>
Base de tributação	<u>6.474</u>	<u>8.480</u>
Imposto de renda - 15%	(971)	-
Imposto de renda adicional - 10% (*)	(623)	-
Contribuição social - 9%	<u>-</u>	<u>(763)</u>
Total	<u>(1.595)</u>	<u>(763)</u>

(\*) Calculado sobre a parcela da base de tributação que excede o valor de R\$60 mil/por trimestre

Em 31 de dezembro de 2020:

	Imposto de renda	Contribuição Social
	2020	2020
Receita bruta de vendas	47.220	47.220
Percentual de presunção de lucro		
Vendas dos produtos	8,0%	12,0%
Lucro presumido	3.778	5.666
<u>Outras receitas</u>		
Receitas financeiras	2.446	2.446
Total	2.446	2.446
Base de tributação	6.224	8.113
Imposto de renda - 15%	(934)	-
Imposto de renda adicional - 10% (*)	(598)	-
Contribuição social - 9%	-	(730)
Total	(1.532)	(730)

(\*) Calculado sobre a parcela da base de tributação que excede o valor de R\$60 mil/por trimestre

#### 16. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Abrangência	Cobertura	Importância segurada	Vigência
Responsabilidade civil	Responsabilidade Civil Geral (fase de Operação)	80.000	04/10/2022
Riscos operacionais	Cobertura para prejuízos decorrentes dos riscos cobertos, causados a Edifícios, Instalações, Maquinismos, Móveis, Utensílios, Mercadorias e Matérias Primas, durante a operação do empreendimento	306.827	04/10/2022

#### 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota explicativa ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

## a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo.

	Valor contábil e valor justo	
	31/12/2021	31/12/2020
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	6.973	8.838
Aplicações financeiras	42.388	42.259
Contas a receber	6.179	5.437
<u>Passivos financeiros</u>		
Fornecedores	3.788	7.168
Debêntures	242.809	228.512

## b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalente de caixa	6.973	6.973	8.838	8.838
Aplicações financeiras	42.388	42.388	42.259	42.259
Contas a receber	6.179	6.179	5.437	5.437
Total	<u>55.540</u>	<u>55.540</u>	<u>56.534</u>	<u>56.534</u>
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	3.788	3.788	7.168	7.168
Debêntures	242.809	242.809	228.512	228.512
Total	<u>246.597</u>	<u>246.597</u>	<u>235.680</u>	<u>235.680</u>

## c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI e outros ativos de renda fixa, relativos às taxas de juros das aplicações financeiras. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco da taxa de flutuação da CDI e fundos de investimento, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 era:

<u>Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicação financeira em CDB	30.149	22.839
Fundo de investimento	18.929	28.008
Total	<u>49.078</u>	<u>50.847</u>

As aplicações financeiras possuem condições de contratação atuais semelhantes àquelas em que eles se originaram, portanto, os valores de mercado são iguais aos valores contábeis. Essas aplicações financeiras foram consideradas como equivalentes de caixa ou como aplicações financeiras vinculadas, a depende da conta em que está aplicada.

## d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e respeitando o cumprimento das cláusulas contratuais previstas em contratos de empréstimos e financiamentos.

## e) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é preparada pela Companhia onde são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração o financiamento existente e a geração de caixa da Companhia.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos principais ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais.

A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve realizar e/ou quitar os respectivos saldos.

A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve realizar e/ou quitar os respectivos saldos.

<u>Passivos financeiros</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>+2026</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	3.788	-	-	-	-	3.788
Outras contas a pagar	1.296	-	-	-	-	1.296
Debêntures	23.115	24.383	24.041	25.437	338.361	435.338
Total	<u>28.199</u>	<u>24.383</u>	<u>24.041</u>	<u>25.437</u>	<u>338.361</u>	<u>440.422</u>

f) Análise de sensibilidade para exposição de taxa de juros

A Companhia possui exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras vinculados ao CDI. O saldo de aplicações financeiras atreladas ao CDI é de R\$49.078. A Administração considera que a exposição ao CDI não possui alta sensibilidade.

g) Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve alterações que impactassem no negócio da Companhia.

18. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do período atribuído aos detentores das ações ordinárias e preferenciais pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do resultado atribuído aos detentores das ações ordinárias e preferenciais pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do resultado por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado	(4.931)	(473)
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	38.443	38.443
Média ponderada das ações preferenciais disponíveis (em milhares)	2.136	2.091
Resultado por ação ordinárias básico e diluído - R\$	(0,000)	(0,000)
Resultado por ação preferenciais básico e diluído - R\$	0,756	0,606

O resultado por ação não se confunde diretamente com os dividendos, os quais possuem metodologia específica para o cálculo.

## 19. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A seguir as transações do exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão para gastos socioambientais	1.663	790
Retenção de fornecedores - imobilizado	-	230
Aumento de capital com bens Imóveis	-	593
Redução de capital com absorção de prejuízos	-	24.934
Aumento de capital com reservas	-	7.100

## 20. COMPROMISSOS

A Companhia possui contrato de venda de energia celebrados e, por isso, tem a obrigação de fornecê-la aos compradores conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

## 21. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A diretoria da Companhia aprovou e autorizou a emissão dessas presentes demonstrações financeiras em 24 de fevereiro de 2022, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.